



**AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO 048/2026  
DISPENSA ELETRÔNICA 011/2026  
EDITAL Nº 034/2026**

**CONTRATANTE**

Prefeitura Municipal de Pratinha/MG

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETOS ELÉTRICO DE AUMENTO DE CARGA TRIFÁSICA OU BIFÁSICA DE ACORDO COM DISPONIBILIDADE DA REDE ELETRICIDADE LOCAL, ATRAVÉS EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM CADASTRADA JUNTO A CEMIG, PARA ANÁLISE DE AUMENTO DE CARGA PARA ATENDIMENTO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 10.756,92 (dez mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos)**

**DATA DO RECEBIMENTO DA(S) PROPOSTA(S)**

A partir da publicação, ou seja, dia 29/06/2026, a partir das 17:00 horas.

**LOCAL DO RECEBIMENTO DA(S) PROPOSTA(S)**

[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**DATA DA ANALISE DA(S) PROPOSTA(S)**

03/07/2026 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF).

**EXCLUSIVOME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço por item

**TACIANE ALEXANDRA REIS PEREIRA**  
**Agente de Contratação**



**PROCESSO Nº 048/2026  
DISPENSA ELETRONICA Nº 011/2026  
EDITAL Nº 034/2026  
EXCLUSIVO PARA ME E EPP**

**MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS COM BASE NO ART. 75, INCISO II da Lei 14.133/2021**

O Município de Pratinha/MG, por meio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA/MG**, em conformidade com o art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público a pretensão da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETOS ELÉTRICO DE AUMENTO DE CARGA TRIFÁSICA OU BIFÁSICA DE ACORDO COM DISPONIBILIDADE DA REDE ELETRICIDADE LOCAL, ATRAVÉS EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM CADASTRADA JUNTO A CEMIG, PARA ANÁLISE DE AUMENTO DE CARGA PARA ATENDIMENTO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos Artigo nº 75, inciso I da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**DA SESSÃO PÚBLICA:**

• **INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 29/06/2026 a partir das 17h00min (dezessete horas).

• **LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 03/07/2026 às 09h00min (nove horas).

• **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 03/07/2026 às 09h00min (nove horas).

**SITE PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:**

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo VI – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;

Anexo VII – Modelo de Declaração que não possui em seu Quadro Societário Servidor Público da Ativa;

Anexo VIII - Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

Anexo IX - Minuta do Contrato.



**DA EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS:**  
Em conformidade com o Art. 48, o item desta contratação serão exclusivos para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparada, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o Micro Empreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei 14.133/2021.

As disposições a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 não são aplicadas:

a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de materiais em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

A obtenção de benefícios a que se refere neste item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

#### **1 – DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Pela fonte de pesquisa foi obtido valor hora serviço de engenheiro de R\$ 210,92. Serviço o qual será remunerado por horas de serviço efetivamente prestado.

Item	Quantidade	Descrição	Valor unitário	Valor Total
1	51 horas	Serviço projeto elétrico voltado para aumento de carga de logradouros e acompanhamento junto a CEMIG e especificação de materiais elétrico (Bitola de cabos, caixas, aterramentos outros...)	R\$ 210,92	R\$ 10.756,92

Contratação empresa habilitada com especificações técnicas em engenharia elétrica para atendimento as demandas da administração municipal, que possui diversas unidades nas quais demanda está melhoria, escolas, unidades de saúde, parque exposições, prédios administrativos e demais espaços públicos, apresentam demanda crescente de energia elétrica em função da instalação de novos equipamentos, sistemas de iluminação, climatização e infraestrutura. Para garantir o funcionamento eficiente e seguro dessas instalações, torna-se imprescindível a adequação das cargas elétricas às reais necessidades de consumo. Em razão da expansão e modernização dos serviços públicos, vem observando um aumento significativo no consumo de energia elétrica em suas diversas unidades, tais como escolas, unidades de saúde, ginásios esportivos, prédios administrativos e demais espaços públicos. Esse crescimento da



demanda energética decorre da instalação de novos equipamentos e sistemas que visam aprimorar a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos à população. Para que tais adequações sejam realizadas de forma técnica e em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da CEMIG Distribuição S.A., é indispensável a elaboração de projetos elétricos detalhados e devidamente assinados por profissional legalmente habilitado e registrado no CREA/MG. Tais projetos garantem que as intervenções sejam executadas dentro dos parâmetros de segurança, eficiência e legalidade exigidos pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas da **CEMIG Distribuição S.A.** e com a legislação técnica vigente (ABNT e CREA/MG), toda solicitação de aumento de carga ou modificação de padrão de entrada de energia exige a apresentação de projeto elétrico assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhado de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e dos demais documentos técnicos exigidos pela concessionária. O Município não dispõe em seu quadro funcional de engenheiro eletricista com atribuições legais para elaborar e responder por tais projetos, tampouco de estrutura técnica adequada para conduzir os processos junto à CEMIG. Assim, a contratação de empresa especializada é indispensável para a realização dos levantamentos, elaboração dos projetos elétricos, preparação da documentação e acompanhamento das solicitações até a aprovação junto à concessionária.

Realizar levantamento técnico das instalações existentes;

Elaborar projetos elétricos conforme normas vigentes da ABNT e da CEMIG;

Preparar e protocolar solicitações de aumento de carga e novas ligações;

Acompanhar a tramitação dos processos junto à CEMIG até a aprovação final;

Emitir ARTs e demais documentos técnicos exigidos;

Fornecer assessoria técnica para adequações físicas nas instalações, quando necessário.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica do serviço, pela exigência de habilitação profissional específica e pela inexistência de corpo técnico próprio com competência legal para execução das atividades, sendo imprescindível à continuidade e ampliação segura dos serviços públicos municipais.

Origem do Recurso	Recurso Próprio / Dotação
Departamento de Educação	261-02.40.12.122.0006.2.0028.3.3.90.39 Manutenção Departamento Educação. Fonte: 0500.000.0000. 1261-02.40.12.361.0020.2.0180.33.90.39 Manutenção Construção Prédios do Ensino Fundamental. Fonte: 0500.000.0000.
Departamento Saúde	1262-02.46.10.301.0035.2.0114.33.90.39 Manutenção e Conservação Uni. Saúde. Fonte: 0500.000.0000/0621.000.0000/0600.000.0000.
Departamento Agricultura Industria e Comercio	1243-02.50.20.606.0047.2.0076.33.90.39 Manutenção Parque de Exposição. Fonte: 0500.000.0000.

## 2 – PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema Licitanet, disponível no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).



2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), para acesso ao sistema e operacionalização;

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados;

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que se enquadrem nas seguintes vedações:
- d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, materiais ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, materiais ou fornecimento de bens a ela necessários;
- f) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.6. Aplica-se o disposto na alínea “f” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.7. É vedado a participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU-Plenário);

### 3 – INGRESSOS NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado,



a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.2.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos materiais.

3.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos.

3.5. Recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;**

**3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:**

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).





3.11. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.20. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.21. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso para os demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelos fornecedores, na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4 – FASE DE LANCES**

**4.1. A partir das 09:00 horas da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.**

4.1. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta por item

4.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.



- 5.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.6. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.9. contiver vícios insanáveis;
- 5.10. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.11. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.12. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.13. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.14. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.15. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.16. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.17. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.18. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.19. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.20. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.22. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.23. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.





5.24. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa.

### **6 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO PESSOA JURIDICA:**

6.1. A(s) empresa(s) licitante(s) vencedor(as) do presente certame deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), os seguintes documentos, respeitando os prazos fixados:

#### **6.1.1. PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir;
- e) Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**OBSERVAÇÃO:** Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **6.1.2. PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;



- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (art. 68, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).

### 6.1.3. PARA COMPROVAR QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

### 6.2. DAS DECLARAÇÕES:

- a) Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Pratinha/MG, podendo ser utilizado o modelo do Anexo V deste Edital, na forma do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021.
- b) Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo art. 68, da Lei nº 14.133/2021, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VI deste Edital;
- c) Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VII deste Edital.
- d) Declaração atestando que a empresa licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser utilizado o modelo do Anexo IV deste Edital, na forma do art. 63, VIII da Lei nº 14.133/2021.

### 6.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Prova de Registro ou Inscrição da licitante e de seu Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), CFT (Concelho Federal Técnico



Industrial) ou ainda no órgão competente ao da categoria, da região da sede da empresa, bem como documento que comprove o vínculo deste com a empresa;

A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feito da seguinte forma:

Apresentação do contrato social, quando o responsável técnico pertencer ao quadro societário da empresa;

Apresentação de cópia da CTPS do responsável técnico com a devida anotação de emprego na licitante, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido que comprove o emprego na licitante;

Apresentação do Contrato de natureza privada que comprove o vínculo entre o responsável técnico e a licitantes.

Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante.

Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou ainda na entidade profissional competente ao da categoria, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) obra(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos serviços a seguir relacionados, conforme inciso, I, do art. 67, da Lei nº 14.133/21:

Comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) ou certidão(ões) fornecida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou obra(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos serviços a seguir relacionados, conforme inciso, II, do art 67, da Lei 14.133/21:

A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

## 7 – CONTRATAÇÃO



Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1.1 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que: a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021; a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos; a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**7.4. Para fornecimento dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão apresentar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica, ou seja, comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.**

**7.5. O INSTRUMENTO CONTRATUAL poderá ser substituído por documento equivalente, tal como, NOTA DE EMPENHO DE DESPESA, que obterá força de contrato, nos termos estipulados do Art. 95, inciso I e II da Lei 14.133/21, sendo facultado ao CONTRATANTE a referida substituição.**

## 8 – SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos materiais públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento



como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.)

- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta de qualquer dos subitens do item 8.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.

8.1.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.4 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1. a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.1.7. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.1.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.1.9. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.1.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.1.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à



Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.1.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.1.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e no <https://www.pratinha/MG.mg.gov.br/>, e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.1.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- republicar o presente aviso com uma nova data;
- valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto). Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.1.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.1.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.1.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de





Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.1.8. É facultada ao Agente de Contratação ou autoridade superior da Prefeitura, em qualquer fase da licitação, suspender o processo para análise técnica, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

9.1.9. Poderá a ainda, quando entender necessário, suspender a sessão para análise detalhada da documentação de habilitação e propostas de preços.

9.1.10. Os Fornecedores participantes da licitação poderão, no ato da sessão, manifestar interesse de interposição de recurso, do qual se regerá pelo Art. 165, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” da Lei 14.133/21 c/c Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.

9.1.11. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, seguindo o prazo de 3 dias úteis para apresentação de razões, 3 dias úteis para apresentação de contrarrazões e 3 dias úteis para julgamento.

9.1.12. A manifestação de recurso deverá ser realizada via “chat”, dentro da plataforma LICITANET, onde será oportunizada a abertura de prazos dentro do referido sistema.

9.1.13. O julgamento do recurso ocorrerá nos termos do Art. 165, §2º e 3º da Lei 14.133/21.

**A sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.**

### 10 – DO FORO

10.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Ibiá/MG com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Pratinha/MG, 03 de junho de 2026.

**Tania Angélica Borges Martins**  
Diretora do Departamento de Educação

**Thalita Mikaella rosa Borges**  
Diretora do Departamento de Saúde

**Geraldo César Barcelos Junior**  
Diretor do Departamento de Agricultura Industria e Comercio



## TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETOS ELÉTRICO DE AUMENTO DE CARGA TRIFÁSICA OU BIFÁSICA DE ACORDO COM DISPONIBILIDADE DA REDE ELETRICIDADE LOCAL, ATRAVÉS EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM CADASTRADA JUNTO A CEMIG, PARA ANÁLISE DE AUMENTO DE CARGA PARA ATENDIMENTO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

**VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 10.756,92 (dez mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos)**

**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: Taciane Alexandra Reis Pereira, Renata Cristina de Carvalho, Sabrina Miranda Reis, Silvonei Borges dos Reis.**

### 1. DO OBJETO

**1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETOS ELÉTRICO DE AUMENTO DE CARGA TRIFÁSICA OU BIFÁSICA DE ACORDO COM DISPONIBILIDADE DA REDE ELETRICIDADE LOCAL, ATRAVÉS EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM CADASTRADA JUNTO A CEMIG, PARA ANÁLISE DE AUMENTO DE CARGA PARA ATENDIMENTO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS**

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**2.1 -** Contratação empresa habilitada com especificações técnicas em engenharia elétrica para atendimento as demandas da administração municipal, que possui diversas unidades nas quais demanda está melhoria, escolas, unidades de saúde, parque exposições, prédios administrativos e demais espaços públicos, apresentam demanda crescente de energia elétrica em função da instalação de novos equipamentos, sistemas de iluminação, climatização e infraestrutura. Para garantir o funcionamento eficiente e seguro dessas instalações, torna-se imprescindível a adequação das cargas elétricas às reais necessidades de consumo. Em razão da expansão e modernização dos serviços públicos, vem observando um aumento significativo no consumo de energia elétrica em suas diversas unidades, tais como escolas, unidades de saúde, ginásios esportivos, prédios administrativos e demais espaços públicos. Esse crescimento da demanda energética decorre da instalação de novos equipamentos e sistemas que visam aprimorar a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos à população. Para que tais adequações sejam realizadas de forma técnica e em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da CEMIG Distribuição S.A., é indispensável a elaboração de projetos elétricos detalhados e devidamente assinados por profissional legalmente habilitado e registrado no CREA/MG. Tais projetos garantem que as intervenções sejam executadas dentro dos parâmetros de segurança, eficiência e legalidade exigidos pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas da **CEMIG Distribuição S.A.** e com a legislação técnica vigente (ABNT e CREA/MG), toda solicitação de aumento de carga ou modificação de padrão de entrada de energia exige a apresentação de projeto elétrico assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhado de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e dos demais documentos técnicos exigidos pela concessionária. O Município não



dispõe em seu quadro funcional de engenheiro eletricista com atribuições legais para elaborar e responder por tais projetos, tampouco de estrutura técnica adequada para conduzir os processos junto à CEMIG. Assim, a contratação de empresa especializada é indispensável para a realização dos levantamentos, elaboração dos projetos elétricos, preparação da documentação e acompanhamento das solicitações até a aprovação junto à concessionária.

Realizar levantamento técnico das instalações existentes;

Elaborar projetos elétricos conforme normas vigentes da ABNT e da CEMIG;

Preparar e protocolar solicitações de aumento de carga e novas ligações;

Acompanhar a tramitação dos processos junto à CEMIG até a aprovação final;

Emitir ARTs e demais documentos técnicos exigidos;

Fornecer assessoria técnica para adequações físicas nas instalações, quando necessário.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica do serviço, pela exigência de habilitação profissional específica e pela inexistência de corpo técnico próprio com competência legal para execução das atividades, sendo imprescindível à continuidade e ampliação segura dos serviços públicos municipais.

### **3.JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

#### **3-2 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.2.1– A presente contratação justifica-se pela necessidade de atendimento às demandas crescentes de adequação, ampliação e regularização das instalações elétricas das unidades públicas municipais, incluindo escolas, unidades de saúde, prédios administrativos, ginásio poliesportivo, parque de exposições e demais espaços públicos vinculados ao Município.

3.2.2– Verifica-se que, em razão da modernização dos serviços públicos e da crescente utilização de equipamentos elétricos e eletrônicos, sistemas de climatização, iluminação e tecnologia da informação, houve aumento significativo da demanda por energia elétrica nas unidades municipais, tornando indispensável a adequação das cargas instaladas às reais necessidades de consumo.

3.2.3 – Tais adequações exigem, obrigatoriamente, a elaboração de projetos elétricos técnicos, com dimensionamento adequado de cargas, especificação de materiais, análise de segurança e emissão de responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado, bem como o acompanhamento dos processos junto à concessionária de energia elétrica CEMIG Distribuição S.A.

3.2.4 – O Município não dispõe em seu quadro permanente de profissional com habilitação específica em engenharia elétrica para elaboração de projetos, emissão de ART e acompanhamento técnico das demandas junto à concessionária, o que inviabiliza a execução direta dos serviços pela Administração.

3.2.5 – Além disso, as exigências técnicas impostas pela CEMIG e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) impõem a obrigatoriedade de apresentação de projetos elaborados e assinados por profissional habilitado, sob pena de indeferimento das solicitações de aumento de carga ou regularização das instalações.



3.2.6 – A ausência de adequada adequação das cargas elétricas pode ocasionar riscos operacionais, como sobrecargas, interrupções no fornecimento de energia, danos a equipamentos públicos e comprometimento da continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

3.2.7 – Dessa forma, a contratação de empresa especializada em engenharia elétrica é indispensável para garantir a segurança, eficiência, regularidade e continuidade dos serviços públicos municipais, assegurando o atendimento às normas técnicas e regulatórias aplicáveis.

3.2.8 – A contratação também se justifica pela necessidade de celeridade na tramitação e aprovação dos processos junto à concessionária de energia elétrica, evitando atrasos na implantação de melhorias e ampliações das unidades públicas.

3.2.9 – Portanto, resta evidenciada a necessidade da contratação de serviços técnicos especializados, como medida essencial para atendimento do interesse público e adequada prestação dos serviços municipais.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. A aquisição está amparada no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a dispensa de licitação para contratações de pequeno valor, desde que não ultrapassem o limite estipulado pela legislação. Conforme atualização estabelecida pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, o valor máximo para essa modalidade é de R\$ 65.492,11.

#### 5. EXCLUSIVIDADE E CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços objeto da presente contratação possuem natureza técnica especializada em engenharia elétrica, exigindo conhecimentos específicos, habilitação profissional legalmente reconhecida e registro junto ao Conselho Regional competente (CREA/MG ou equivalente), sendo, portanto, serviços de execução eminentemente intelectual e técnico-profissional.

5.2 – A execução dos serviços demanda atuação de profissional habilitado para elaboração de projetos elétricos, análise de cargas, dimensionamento de sistemas elétricos, especificação de materiais, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e acompanhamento de processos junto à concessionária de energia elétrica CEMIG Distribuição S.A.

5.3 – Trata-se de serviços que não podem ser executados de forma genérica ou por mão de obra não especializada, uma vez que envolvem responsabilidade técnica legal, segurança das instalações e conformidade com normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras e exigências da concessionária de energia.

5.4 – As atividades a serem executadas exigem conhecimento técnico aprofundado e experiência comprovada na área de engenharia elétrica aplicada a instalações prediais e sistemas de distribuição de energia, especialmente no que se refere a aumento de carga e adequação de infraestrutura elétrica de unidades públicas.



**5.5 – Em razão de sua natureza, os serviços não possuem caráter padronizado simples, sendo classificados como serviços técnicos especializados de engenharia, com necessidade de soluções individualizadas para cada unidade municipal, conforme suas características específicas de carga e consumo.**

**5.6 – Destaca-se que a responsabilidade técnica é elemento essencial e exclusivo da execução, sendo obrigatória a emissão de ART por profissional legalmente habilitado, o que reforça a necessidade de contratação de empresa com capacidade técnica comprovada.**

**5.7 – Assim, verifica-se que os serviços demandados possuem caráter exclusivo no sentido técnico, por dependerem de habilitação profissional específica e não poderem ser substituídos por soluções administrativas ou operacionais internas do Município, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada para sua adequada execução.**

## **6. VANTAGENS DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**6.1.** A contratação direta, por meio da dispensa de licitação, garante maior agilidade e eficiência na execução das ações administrativas, sendo essencial para atender às demandas urgentes e contínuas da Prefeitura Municipal de Pratinha.

## **7. ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO**

**7.1 –** A presente contratação atende diretamente ao interesse público, uma vez que viabiliza a adequada manutenção, ampliação e regularização das instalações elétricas das unidades públicas municipais, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados à população.

**7.2 –** A adequada adequação das cargas elétricas e a elaboração de projetos técnicos especializados contribuem para o funcionamento seguro e eficiente de escolas, unidades de saúde, prédios administrativos, espaços esportivos e demais equipamentos públicos, que dependem diretamente do fornecimento regular e estável de energia elétrica.

**7.3 –** O atendimento ao interesse público também se evidencia na prevenção de riscos operacionais, como sobrecargas, curtos-circuitos, interrupções no fornecimento de energia e danos a equipamentos públicos, os quais poderiam comprometer serviços essenciais e gerar prejuízos ao erário.

**7.4 –** A contratação de empresa especializada garante que todas as intervenções sejam realizadas em conformidade com as normas técnicas da ABNT e com as exigências da concessionária de energia elétrica CEMIG Distribuição S.A., promovendo segurança jurídica, técnica e operacional às ações da Administração Pública.

**7.5 –** Além disso, a contratação contribui para a melhoria da eficiência energética das unidades municipais, permitindo melhor dimensionamento das cargas instaladas, redução de desperdícios e otimização do consumo de energia elétrica, o que reflete diretamente na economicidade dos recursos públicos.

**7.6 –** O interesse público também é atendido pela maior celeridade na aprovação de projetos junto à concessionária de energia elétrica, permitindo a rápida implementação de melhorias e ampliações necessárias ao adequado funcionamento dos serviços públicos.

**7.7 –** Dessa forma, a contratação se mostra essencial para garantir a eficiência administrativa, a segurança das instalações públicas, a continuidade dos serviços essenciais e a correta aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da Administração Pública.



## 8. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

<b>Origem do Recurso</b>	Recurso Próprio / Dotação
<b>Departamento de Educação</b>	<b>261-02.40.12.122.0006.2.0028.3.3.90.39</b> Manutenção Departamento Educação. Fonte: 0500.000.0000. <b>1261-02.40.12.361.0020.2.0180.33.90.39</b> Manutenção Construção Prédios do Ensino Fundamental. Fonte: 0500.000.0000.
<b>Departamento Saúde</b>	<b>1262-02.46.10.301.0035.2.0114.33.90.39</b> Manutenção e Conservação Uni. Saúde. Fonte: 0500.000.0000/0621.000.0000/0600.000.0000.
<b>Departamento Agricultura Industria e Comercio</b>	<b>1243-02.50.20.606.0047.2.0076.33.90.39</b> Manutenção Parque de Exposição. Fonte: 0500.000.0000.

## 9. DA PREVISÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO:

Pela fonte de pesquisa foi obtido valor hora serviço de engenheiro de R\$ 210,92. Serviço o qual será remunerado por horas de serviço efetivamente prestado.

Item	Quantidade	Descrição	Valor unitário	Valor Total
1	51 horas	Serviço projeto elétrico voltado para aumento de carga de logradouros e acompanhamento junto a CEMIG e especificação de materiais elétrico (Bitola de cabos, caixas, aterramentos outros...)	R\$ 210,92	R\$ 10.756,92

**9.1-** Contratação empresa habilitada com especificações técnicas em engenharia elétrica para atendimento as demandas da administração municipal, que possui diversas unidades nas quais demanda está melhoria, escolas, unidades de saúde, parque exposições, prédios administrativos e demais espaços públicos, apresentam demanda crescente de energia elétrica em função da instalação de novos equipamentos, sistemas de iluminação, climatização e infraestrutura. Para garantir o funcionamento eficiente e seguro dessas instalações, torna-se imprescindível a adequação das cargas elétricas às reais necessidades de consumo. Em razão da expansão e modernização dos serviços públicos, vem observando um aumento significativo no consumo de energia elétrica em suas diversas unidades, tais como escolas, unidades de saúde, ginásios esportivos, prédios administrativos e demais espaços públicos. Esse crescimento da demanda energética decorre da instalação de novos equipamentos e sistemas que visam aprimorar a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos à população. Para que tais adequações sejam realizadas de forma técnica e em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da CEMIG Distribuição S.A., é indispensável a elaboração de projetos elétricos detalhados e devidamente assinados por profissional legalmente habilitado e registrado no





CREA/MG. Tais projetos garantem que as intervenções sejam executadas dentro dos parâmetros de segurança, eficiência e legalidade exigidos pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas da **CEMIG Distribuição S.A.** e com a legislação técnica vigente (ABNT e CREA/MG), toda solicitação de aumento de carga ou modificação de padrão de entrada de energia exige a apresentação de projeto elétrico assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhado de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e dos demais documentos técnicos exigidos pela concessionária. O Município não dispõe em seu quadro funcional de engenheiro eletricista com atribuições legais para elaborar e responder por tais projetos, tampouco de estrutura técnica adequada para conduzir os processos junto à CEMIG. Assim, a contratação de empresa especializada é indispensável para a realização dos levantamentos, elaboração dos projetos elétricos, preparação da documentação e acompanhamento das solicitações até a aprovação junto à concessionária.

Realizar levantamento técnico das instalações existentes;

Elaborar projetos elétricos conforme normas vigentes da ABNT e da CEMIG;

Preparar e protocolar solicitações de aumento de carga e novas ligações;

Acompanhar a tramitação dos processos junto à CEMIG até a aprovação final;

Emitir ARTs e demais documentos técnicos exigidos;

Fornecer assessoria técnica para adequações físicas nas instalações, quando necessário.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica do serviço, pela exigência de habilitação profissional específica e pela inexistência de corpo técnico próprio com competência legal para execução das atividades, sendo imprescindível à continuidade e ampliação segura dos serviços públicos municipais.

## 9.2 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

9.2.1 – A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada com base no levantamento prévio das demandas atuais e potenciais do Departamento Municipal de Obras Públicas e Meio Ambiente, considerando as necessidades recorrentes de adequação elétrica das unidades públicas municipais e os procedimentos técnicos exigidos pela concessionária CEMIG Distribuição S.A.

9.2.2 – Para definição da quantidade estimada de horas técnicas, foram considerados:

- Levantamentos preliminares realizados em unidades públicas municipais com necessidade de aumento de carga elétrica;
- Histórico de ampliações e adequações elétricas já executadas pelo Município;
- Demandas futuras relacionadas à instalação de equipamentos de climatização, iluminação, sistemas de informática, equipamentos médicos e demais dispositivos de elevado consumo energético;
- Tempo médio necessário para realização de levantamentos técnicos, elaboração de projetos, emissão de ARTs, especificação de materiais e acompanhamento de processos junto à concessionária.

9.2.3 – A estimativa foi definida da seguinte forma:

Será necessária a contratação de 51 Horas técnicas Serviços técnicos de engenharia elétrica para elaboração de projetos elétricos, adequação e aumento de carga, especificação de materiais, emissão de ART e acompanhamento junto à CEMIG.



#### 9.2.4 – Memória de cálculo estimada:

Descrição da Atividade Estimativa Média de Horas

Levantamentos técnicos em unidades municipais 15 horas

Elaboração de projetos elétricos e memoriais 18 horas

Dimensionamento e especificação de materiais 06 horas

Emissão de ART e documentação técnica 02 horas

Protocolos e acompanhamento junto à CEMIG 10 horas

Total estimado 51 horas

9.2.5 – A estimativa considera a possibilidade de atendimento de múltiplas unidades municipais ao longo da vigência contratual, permitindo à Administração executar as adequações necessárias de forma planejada e contínua.

9.2.6 – A contratação por hora técnica sob demanda possibilita maior controle dos gastos públicos, evitando pagamentos por serviços não executados e garantindo economicidade à Administração.

9.2.7 – As quantidades estimadas também consideram eventual interdependência com futuras contratações de execução elétrica, aquisição de materiais e adequações estruturais, possibilitando que os projetos sejam previamente elaborados de forma padronizada, favorecendo economia de escala em futuras aquisições e execuções.

9.2.8 – Os documentos que dão suporte às estimativas consistem em levantamentos internos realizados pelo Departamento Municipal de Obras Públicas e Meio Ambiente, análise das demandas atuais das unidades públicas municipais e pesquisa de mercado referente ao custo médio da hora técnica de engenharia elétrica.

9.2.9 – Para composição do valor estimado da contratação, utilizou-se como referência tabela oficial da SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital, adotando-se o valor médio da hora técnica de engenheiro eletricitista no montante de R\$ 210,92 (duzentos e dez reais e noventa e dois centavos), considerado compatível com os preços praticados no mercado para serviços técnicos especializados de engenharia elétrica.

9.2.10 – A utilização da referência da SUDECAP justifica-se por se tratar de órgão público que disponibiliza parâmetros técnicos e referenciais amplamente utilizados pela Administração Pública para estimativas de custos de serviços de engenharia, conferindo maior segurança, transparência e padronização à formação do preço estimado da contratação.

#### **9.2.11 – DA INEXISTÊNCIA DE PROFISSIONAL NO QUADRO PERMANENTE E DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

9.2.11.1 – A Administração Municipal não dispõe, em seu quadro permanente de servidores, de profissional com habilitação específica em engenharia elétrica com atribuições técnicas necessárias à elaboração de projetos elétricos, dimensionamento de cargas, emissão de ART e acompanhamento de processos junto à concessionária de energia elétrica CEMIG Distribuição S.A.

9.2.11.2 – Ressalta-se que a estrutura organizacional do Município não contempla cargo efetivo de engenheiro eletricitista, tampouco profissional com formação e registro ativo junto ao CREA/MG apto a assumir responsabilidade técnica pelas atividades demandadas, o que inviabiliza a execução direta dos serviços pela Administração.

9.2.11.3 – Ainda que existam servidores com atuação em áreas de engenharia civil ou correlatas, tais formações não abrangem integralmente as atribuições técnicas específicas de engenharia elétrica necessárias ao objeto da



contratação, especialmente no que se refere a projetos de aumento de carga, adequações de entrada de energia e atendimento às exigências técnicas da concessionária de energia.

9.2.11.4 – Nesse contexto, a contratação temporária de empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada e eficiente, uma vez que permite o atendimento imediato das demandas técnicas existentes, sem a necessidade de criação ou provimento de cargo efetivo específico, o que demandaria reestruturação administrativa, realização de concurso público e aumento permanente da despesa com pessoal.

9.2.11.5 – A contratação por demanda específica apresenta-se como solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, pois assegura:

- a) Atendimento imediato das necessidades do Município, sem descontinuidade dos serviços públicos;
- b) Maior flexibilidade na execução dos serviços, ajustando-se à demanda real das unidades municipais;
- c) Redução de custos fixos com pessoal permanente especializado;
- d) Evitação de ociosidade de mão de obra técnica em períodos sem demanda;
- e) Garantia de responsabilidade técnica formalizada por profissional habilitado durante toda a execução dos serviços.

9.2.11.6 – Dessa forma, a contratação temporária de empresa especializada em engenharia elétrica representa a solução mais eficiente e proporcional, assegurando o atendimento do interesse público com economicidade, tecnicidade e observância às normas legais e regulamentares aplicáveis.

## **10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

10.1 – A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia elétrica, devidamente registrada no CREA/MG, para prestação de serviços técnicos voltados à elaboração de projetos elétricos, adequação de carga elétrica, acompanhamento técnico junto à concessionária CEMIG Distribuição S.A. e assessoramento técnico relacionado às instalações elétricas das unidades públicas municipais.

10.2 – A contratação contempla a prestação de serviços técnicos especializados por demanda, mediante remuneração por horas efetivamente trabalhadas, conforme necessidade da Administração Municipal, abrangendo:

10.2.1 – Realização de levantamentos técnicos das instalações elétricas existentes nas unidades públicas municipais;

10.2.2 – Elaboração de projetos elétricos para aumento de carga, adequação de entradas de energia, novas ligações e demais intervenções necessárias;

10.2.3 – Dimensionamento e especificação técnica de materiais elétricos, incluindo cabos, quadros, dispositivos de proteção, aterramentos, caixas, eletrodutos e demais componentes necessários;

10.2.4 – Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços executados;

10.2.5 – Preparação, protocolo e acompanhamento de processos técnicos junto à CEMIG Distribuição S.A., até sua aprovação final;

10.2.6 – Prestação de assessoria técnica à Administração Municipal quanto às adequações necessárias para atendimento das exigências técnicas e normativas;

10.2.7 – Atendimento às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, normas da CEMIG e demais legislações aplicáveis.



10.3 – A solução adotada mostra-se a mais adequada diante da inexistência, no quadro funcional do Município, de profissional legalmente habilitado com atribuições específicas em engenharia elétrica para elaboração e responsabilidade técnica dos projetos exigidos pela concessionária de energia elétrica.

10.4 – A contratação permitirá que o Município execute adequadamente as ampliações e adequações das instalações elétricas de escolas, unidades de saúde, prédios administrativos, ginásios, parques e demais espaços públicos, assegurando segurança operacional, eficiência energética, conformidade legal e continuidade dos serviços públicos.

10.5 – A solução ainda garante maior celeridade na tramitação dos processos de aumento de carga e regularização das instalações elétricas, reduzindo riscos de indeferimentos técnicos junto à concessionária e evitando paralisações ou limitações no funcionamento das unidades públicas.

10.6 – Considerando a natureza técnica e especializada dos serviços, bem como a necessidade de responsabilidade técnica formal perante os órgãos reguladores e concessionária de energia, conclui-se que a contratação de empresa especializada representa a solução mais viável, eficiente e economicamente adequada para atendimento das demandas da Administração Municipal.

10.7 – Considerando o valor estimado da contratação, bem como a natureza técnica e específica dos serviços pretendidos, verifica-se a possibilidade de adoção do procedimento de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços de engenharia com valor compatível ao limite legal vigente.

10.8 – A escolha pela dispensa de licitação mostra-se medida mais eficiente e econômica para a Administração Municipal, tendo em vista a baixa complexidade competitiva do objeto, a necessidade de atendimento célere das demandas relacionadas às adequações elétricas das unidades públicas e a economicidade processual, sem prejuízo da observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

10.9 – A contratação deverá observar a realização de pesquisa de preços de mercado, formalização do processo administrativo competente, justificativa da escolha do fornecedor, demonstração da compatibilidade do preço contratado com os valores praticados no mercado e demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.10 – A adoção da dispensa de licitação permitirá maior agilidade na contratação dos serviços especializados necessários, garantindo a continuidade das ações de adequação e ampliação das instalações elétricas municipais, bem como a regular tramitação dos processos técnicos junto à concessionária de energia elétrica.

## 11. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

11.1. Opta-se pela realização de dispensa de licitação, com fulcro no nos termos do art. 75, I da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo ao critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## 12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1 – Para execução dos serviços objeto da presente contratação, a empresa contratada deverá atender aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

## 13. DA HABILITAÇÃO



13.1 – Para execução dos serviços objeto da presente contratação, a empresa contratada deverá atender aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

### 13.2 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

13.2.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida pela Secretaria competente do Município;

13.2.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida pela Secretaria competente do Estado;

13.2.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

13.2.6 – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

13.2.7 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

### 13.3 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.3.1 – Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.3.2 – Será considerada insuficiente a apresentação de certidão que conste apenas negativa para feitos/processos cíveis, sem referência específica à falência.

### 13.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.4.1 – Prova de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu responsável técnico junto ao CREA, CAU, CFT ou outro órgão competente da categoria profissional correspondente.

13.4.2 – Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa, mediante apresentação de:

a) Contrato social, em caso de sócio;

b) CTPS ou documento trabalhista equivalente;

c) Contrato de prestação de serviços ou documento legalmente reconhecido que comprove o vínculo profissional.

13.4.3 – Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para execução dos serviços.

13.4.4 – Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e registrados no órgão profissional competente, demonstrando experiência em serviços compatíveis com o objeto da contratação.

13.4.5 – Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços similares ao objeto da contratação.

13.4.6 – Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

a) Nome do contratado e do contratante;





- b) Identificação do objeto contratual;
- c) Local de execução dos serviços;
- d) Descrição dos serviços executados;
- e) Quantitativos executados.

13.4.7 – Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em plena validade na data da sessão pública e encaminhados por meio eletrônico, conforme definido no instrumento convocatório.

## **14 – DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1 – A contratação pretendida possui natureza predominantemente técnica e intelectual, não envolvendo, diretamente, atividades potencialmente causadoras de significativo impacto ambiental.

14.2 – Todavia, considerando que os serviços envolvem projetos elétricos, adequações de carga e futuras intervenções em instalações elétricas públicas, poderão ocorrer impactos ambientais indiretos relacionados à execução das adequações físicas decorrentes dos projetos elaborados.

14.3 – Entre os possíveis impactos ambientais identificados, destacam-se:

14.3.1 – Geração de resíduos provenientes da substituição de materiais elétricos antigos, tais como cabos, disjuntores, luminárias, eletrodutos e demais componentes;

14.3.2 – Possível aumento temporário do consumo de materiais elétricos e insumos utilizados nas adequações das instalações;

14.3.3 – Intervenções pontuais em estruturas físicas das unidades públicas para adequação das instalações elétricas;

14.3.4 – Aumento do consumo de energia elétrica em decorrência da ampliação de carga das unidades públicas.

14.4 – Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

14.4.1 – Destinação ambientalmente adequada dos resíduos elétricos eventualmente gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

14.4.2 – Priorização da utilização de materiais e equipamentos elétricos certificados e energeticamente eficientes;

14.4.3 – Observância às normas técnicas da ABNT, normas da CEMIG e legislação ambiental aplicável;

14.4.4 – Planejamento das adequações de modo a minimizar desperdícios de materiais e intervenções desnecessárias;

14.4.5 – Incentivo à adoção de soluções que promovam eficiência energética nas unidades públicas municipais.

14.5 – Considera-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são de baixa relevância e plenamente mitigáveis mediante adoção das medidas técnicas adequadas, não havendo impedimentos ambientais para a realização da contratação.

## **15 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

15.1 – Considerando a natureza técnica e integrada dos serviços pretendidos, conclui-se pela não adoção do parcelamento da contratação.

15.2 – Os serviços de levantamento técnico, elaboração de projetos elétricos, emissão de ART, especificação de materiais e acompanhamento junto à concessionária CEMIG possuem caráter complementar e interdependente, sendo recomendável que sejam executados por uma única empresa especializada, de forma a garantir





compatibilidade técnica, padronização dos procedimentos e responsabilização integral pela execução dos serviços.

15.3 – O eventual parcelamento da contratação poderia comprometer a eficiência da execução, ocasionando divergências técnicas entre projetos, dificuldades de coordenação, aumento de custos administrativos e riscos de incompatibilidade nas soluções apresentadas.

15.4 – Além disso, a centralização da execução contratual em um único prestador favorece o acompanhamento e fiscalização pela Administração Municipal, proporcionando maior controle dos serviços executados e maior eficiência na comunicação junto à concessionária de energia elétrica.

15.5 – Dessa forma, a contratação em item único mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

## **16 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

16.1 – A contratação pretendida busca assegurar maior eficiência na adequação e ampliação das instalações elétricas das unidades públicas municipais, garantindo condições adequadas de funcionamento das estruturas administrativas e de atendimento à população.

16.2 – Como resultados pretendidos, destacam-se:

16.2.1 – Regularização e adequação das instalações elétricas municipais perante as exigências técnicas da CEMIG e normas da ABNT;

16.2.2 – Maior segurança das instalações elétricas, reduzindo riscos de sobrecarga, falhas operacionais e acidentes;

16.2.3 – Maior eficiência energética nas unidades públicas, mediante correto dimensionamento das cargas e especificação adequada dos materiais;

16.2.4 – Agilidade na tramitação e aprovação dos processos de aumento de carga junto à concessionária;

16.2.5 – Redução de custos decorrentes de falhas elétricas, interrupções de funcionamento e manutenções corretivas emergenciais;

16.2.6 – Melhor aproveitamento dos recursos humanos da Administração, tendo em vista a inexistência de profissional especializado no quadro municipal para execução das atividades;

16.2.7 – Otimização dos recursos financeiros, mediante contratação sob demanda e pagamento apenas pelas horas efetivamente executadas.

16.3 – A solução proposta permite ao Município obter suporte técnico especializado sem necessidade de criação de estrutura própria permanente, representando alternativa mais econômica, eficiente e adequada às necessidades administrativas atuais.

## **17 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

17.1 – Previamente à formalização da contratação, a Administração Municipal deverá adotar as seguintes providências:

17.1.1 – Realização da pesquisa de preços para verificação da compatibilidade dos valores praticados no mercado;



- 17.1.2 – Elaboração do Termo de Referência contendo especificações técnicas detalhadas do objeto;
- 17.1.3 – Verificação da disponibilidade orçamentária e emissão da respectiva reserva de dotação;
- 17.1.4 – Conferência da documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da empresa a ser contratada;
- 17.1.5 – Verificação da regularidade do registro da empresa e dos responsáveis técnicos junto ao CREA/MG;
- 17.1.6 – Designação formal de servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- 17.1.7 – Orientação e alinhamento interno dos setores demandantes quanto ao fluxo de solicitação dos serviços e acompanhamento das demandas técnicas.
- 17.2 – Considerando a baixa complexidade da fiscalização contratual e o suporte técnico a ser fornecido pela empresa especializada, não se verifica, neste momento, necessidade específica de capacitação adicional de servidores para gestão do contrato, sem prejuízo da observância das atribuições legais dos fiscais e gestores designados.

## 18 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 18.1 – A presente contratação poderá possuir relação com futuras contratações destinadas à execução das adequações físicas e elétricas decorrentes dos projetos elaborados pela empresa especializada.
- 18.2 – Eventuais aquisições de materiais elétricos, contratação de serviços de instalação, manutenção elétrica ou execução de obras complementares poderão ser necessárias posteriormente, conforme as soluções técnicas identificadas nos projetos elaborados.
- 18.3 – Entretanto, a presente contratação possui autonomia técnica e administrativa, podendo ser executada independentemente da formalização imediata de outras contratações correlatas.
- 18.4 – As futuras contratações eventualmente necessárias serão planejadas e realizadas em processos próprios, observando-se a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária da Administração Municipal.

## 19 – JUSTIFICATIVA ACERCA DA DISPENSA DE ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- 19.1 – A presente contratação refere-se à prestação de serviços técnicos comuns de engenharia elétrica, consistentes em levantamentos técnicos, elaboração de projetos elétricos específicos, emissão de ARTs, especificações técnicas e acompanhamento de processos junto à concessionária de energia elétrica.
- 19.2 – Considerando a natureza dos serviços pretendidos, verifica-se que os elementos técnicos necessários para caracterização da demanda e definição dos padrões mínimos de desempenho e qualidade encontram-se suficientemente descritos neste Estudo Técnico Preliminar e serão detalhados posteriormente no respectivo Termo de Referência.
- 19.3 – Dessa forma, mostra-se dispensável, neste momento preliminar, a elaboração de projeto completo ou projeto executivo prévio pela Administração, tendo em vista que os próprios serviços contratados abrangem a realização dos levantamentos e elaboração dos projetos elétricos específicos necessários para cada demanda apresentada pelo Município.
- 19.4 – A adoção dessa sistemática não ocasiona prejuízo à definição do objeto, à competitividade, à fiscalização contratual ou à aferição dos resultados pretendidos, uma vez que o escopo da contratação, os serviços



esperados, as obrigações técnicas e os critérios de execução encontram-se adequadamente delimitados no Termo de Referência e nos documentos técnicos que instruirão o processo.

19.5 – Ademais, a solução mostra-se compatível com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, permitindo que, em contratações de serviços comuns de engenharia, a especificação do objeto seja realizada diretamente no Termo de Referência ou Projeto Básico, desde que demonstrada a inexistência de prejuízo aos padrões de desempenho e qualidade pretendidos.

## 20-DA PROPOSTA DE PREÇOS:

21.1. Deve ser enviada proposta de preços, pelo endereço eletrônico: **www.licitanet.com.br**, respeitando o prazo estabelecido, contendo todas as informações solicitadas, incluindo CPF ou CNPJ, carimbo, se houver e assinatura do responsável, podendo ser utilizado o modelo conforme o Anexo V e condições estabelecidas no edital.

## 20 – CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

20.1 – Os serviços objeto da presente contratação enquadram-se como serviços comuns de engenharia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas aplicáveis.

20.2 – A execução dos serviços técnicos de engenharia elétrica pretendidos observa procedimentos padronizados, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, exigências da concessionária CEMIG Distribuição S.A. e demais regulamentações técnicas vigentes, permitindo a definição clara e objetiva das condições de execução e dos resultados esperados.

20.3 – Os serviços compreendem atividades rotineiras e tecnicamente conhecidas no mercado especializado de engenharia elétrica, tais como levantamento técnico, elaboração de projetos elétricos, dimensionamento de cargas, especificação de materiais, emissão de ART e acompanhamento de processos junto à concessionária de energia.

20.4 – A classificação como serviço comum de engenharia não afasta a necessidade de habilitação técnica específica e responsabilidade profissional legalmente exigida, considerando que os serviços deverão ser executados por empresa e profissional devidamente registrados no CREA/MG ou órgão competente.

20.5 – Dessa forma, conclui-se que o objeto da contratação possui natureza comum sob o ponto de vista dos padrões de desempenho e qualidade, possibilitando sua contratação mediante os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 para serviços comuns de engenharia.

## 21-ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. A confecção de material gráficos será entregue de forma imediata tendo o prazo de até 20 dias úteis para ser entregue.

21.2. A Autorização de Compra será enviada por meio eletrônico e deverá ser confirmado o seu recebimento;

## 22-OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. São obrigações da Contratante:



- 22.1.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 22.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 22.1.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço contratado, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.
- 22.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 23.2. Executar os serviços conforme solicitado;
- 23.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 23.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 23.5. Comunicar à Contratante, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 23.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,
- 23.7. Fornecer amostras conforme solicitado no item 12.4, dentro do prazo de 15 dias, para aprovação do requisitante.

### 24. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 24.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado **Ueliton José da Silva** para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens. E como gestor do contrato serão os Tânia Angélica Borges Martins, Thalita Mikaella rosa Borges e Geraldo César Barcelos Junior
- 24.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 24.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 24. DO PAGAMENTO



**24.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal devidamente liquidada pelos responsáveis pelo departamento de Administração, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**24.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**24.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**25.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**25.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**25.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**26.7.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**27.1.** A apuração das Infrações e Sanções Administrativas observará os termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **28. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

**28.1** A estimativa de preços foi realizada por meio de cotação direta com fornecedores do ramo, tendo em vista que as especificações técnicas dos objetos pretendidos não foram encontradas nas plataformas digitais de consulta de preços, como painéis governamentais e bancos de dados oficiais.

## **29 - MAPEAMENTO DE RISCOS**

O objetivo deste mapeamento é identificar, avaliar e tratar os potenciais riscos associados à execução do objeto deste Termo de Referência, garantindo a segurança e a eficácia do processo.

ITEM	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS/MITIGADORAS	RESPONSÁVEL
21.1	Atraso na execução dos levantamentos técnicos e elaboração	Média	Alto	Estabelecimento de cronograma de execução, acompanhamento pela fiscalização contratual e	Contratada / Fiscal do Contrato



	dos projetos elétricos			aplicação de sanções em caso de descumprimento	
21.2	Indeferimento dos projetos ou solicitações pela CEMIG devido a inconsistências técnicas	Média	Alto	Elaboração dos projetos conforme normas da ABNT e padrões técnicos da CEMIG, revisão técnica prévia e acompanhamento especializado	Contratada
21.3	Apresentação de documentação técnica incompleta junto à concessionária	Baixa	Médio	Conferência prévia dos documentos técnicos e administrativos antes do protocolo	Contratada
21.4	Necessidade de retrabalho em razão de incompatibilidades técnicas identificadas posteriormente	Média	Médio	Realização de levantamento técnico detalhado e validação das informações antes da elaboração dos projetos	Contratada
21.5	Aumento da demanda de serviços além das horas inicialmente estimadas	Média	Médio	Planejamento prévio das demandas e controle da execução contratual por meio de ordens de serviço	Administração
21.6	Falta de disponibilidade do responsável técnico da contratada	Baixa	Alto	Exigência de comprovação de equipe técnica mínima e substituição imediata por profissional habilitado equivalente	Contratada
21.7	Descumprimento das normas técnicas da ABNT e exigências da concessionária	Baixa	Alto	Fiscalização contínua dos serviços executados e exigência de ART dos projetos elaborados	Contratada / Fiscal do Contrato
21.8	Falhas na fiscalização e acompanhamento contratual	Baixa	Médio	Designação formal de fiscal do contrato e acompanhamento periódico das atividades executadas	Administração
21.9	Interrupção ou atraso no atendimento das demandas municipais em razão da demora na contratação	Média	Alto	Realização célere do processo de contratação e planejamento prévio das necessidades	Administração





21.10	Elevação dos custos dos materiais elétricos decorrentes das adequações futuras	Média	Médio	Atualização periódica das estimativas orçamentárias e planejamento das futuras contratações de execução	Administração
21.11	Ocorrência de falhas nas instalações elétricas das unidades públicas durante a execução das adequações	Baixa	Alto	Planejamento técnico adequado das intervenções e observância às normas de segurança elétrica	Contratada
21.12	Geração inadequada de resíduos elétricos e materiais substituídos	Baixa	Médio	Destinação ambientalmente adequada dos resíduos e observância à legislação ambiental vigente	Contratada
21.13	Incompatibilidade entre as soluções projetadas e a infraestrutura existente das unidades públicas	Média	Médio	Realização de levantamento técnico detalhado antes da elaboração dos projetos	Contratada
21.14	Descontinuidade da prestação dos serviços por inadimplemento contratual	Baixa	Alto	Fiscalização da execução contratual e aplicação das penalidades previstas contratualmente	Administração
21.15	Erros no dimensionamento de carga elétrica das unidades públicas	Baixa	Alto	Revisão técnica dos projetos, utilização de normas técnicas atualizadas e responsabilidade técnica formal mediante ART	Contratada

### 30. OBSERVAÇÕES GERAIS

**30.1.** O serviço definido neste Termo deverá ser executado respeitando as normas em vigor, observando rigorosamente as características especificadas, devendo atender as necessidades solicitadas no objeto.

**Tania angélica Borges Martins**  
**Diretora do Departamento de Educação**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA-MG

CNPJ: 18.585.570/0001-56 – Rua Pedro Paulo dos Santos, nº 45 - Centro

CEP: 38960-000 – Pratinha- MG

## Pratinha

Compromisso com o futuro!

Gestão 2025/2028

**Thalita Mikaella rosa Borges**  
**Diretora do Departamento de Saúde**

**Geraldo César Barcelos Junior**  
**Diretor do Departamento de Agricultura Industria e Comercio**

**Avenida Pedro Paulo Santos, nº 45 – Pratinha-MG CEP: 38960-000**

**Fone: (34)2120-0601 E-mail: pratinhalicitacao@terra.com.br**



**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital de Dispensa Eletrônica Nº 011/2026, **DECLARA** ao Município de Pratinha/MG, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do referido Edital, se comprometendo a entregar os objetos e/ou a prestar os materiais que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Termo de Referência - Anexo I deste edital, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa

Nome do representante legal da empresa

Assinatura representante legal da empresa



**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxx], para fins do disposto no Edital de Dispensa Eletrônica Nº 011/2026, **DECLARA** ao Município de Pratinha/MG, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

( ) **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal da empresa

\_\_\_\_\_  
Assinatura representante legal da empresa



**ANEXO IV**  
**MODELO PROPOSTA**

À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA/MG/MG**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2026**

**MODALIDADE - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETOS ELÉTRICO DE AUMENTO DE CARGA TRIFÁSICA OU BIFÁSICA DE ACORDO COM DISPONIBILIDADE DA REDE ELETRICIDADE LOCAL, ATRAVÉS EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM CADASTRADA JUNTO A CEMIG, PARA ANÁLISE DE AUMENTO DE CARGA PARA ATENDIMENTO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

Razão Social do(a) Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Estado:

E-mail:

Cidade:

Telefone/fax:

Informações para pagamentos (quando por sistema bancário):

Banco:

Agência:

Conta:

Representante Legal para fins de Assinatura do Contrato:

Nome Completo:

Identidade:

CPF:

Endereço:

Órgão expedidor:

Estado Civil:

E-mail:

Item	Descrição	Und	Quant	Marca/Modelo	Valor unit.	Valor total
1						
2						
3						
4						
Valor total			R\$			

O valor global da presente proposta é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Apresentamos nossa proposta para a execução do objeto do referido Processo licitatório, pelos preços unitários e total aqui definidos, declarando que neles encontram-se incluídas além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com mão de obra, materiais, bens, fretes, impostos, taxas e



contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação;

Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data para a entrega das propostas conforme art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as exigências, condições gerais e especiais estabelecidas no Edital para a presente licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme 14.133/2021, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Depois de homologado o resultado, nos comprometemos a assinar o CONTRATO, no prazo determinado no documento de convocação.

Propomo-nos a cumprir o prazo de entrega de forma parcela e aceitamos as condições de pagamento conforme determina o Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa

Nome do dirigente da empresa

Assinatura do dirigente da empresa





### ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], **DECLARA** ao Município de Pratinha/MG, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea nem suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso III do artigo 156 da 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa



### ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], **DECLARA** ao Município de Pratinha/MG, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).  
O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa



### ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], **DECLARA** ao Município de Pratinha/MG, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei nº 14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no art. 18, XII da Lei 12.708/2012. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa



**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE A EMPRESA LICITANTE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], **DECLARA** ao Município de Pratinha/MG, sob as penas da Lei, atestado que a empresa licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa



**ANEXO IX**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/SAÚDE/AGRICULTURA E COMERCIO DE PRATINHA/MG.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026**  
**MODALIDADE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026**  
**Contrato nº \_\_\_\_\_/2026**

O **MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 18.585.570/0001-56, com sede na Rua Pedro Paulo Santos, nº 45, CEP: 38.960.000, Centro, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o **Sr. WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO**, brasileiro, produtor rural, inscrito no CPF 049.437.156-051 e RG nº MG-6930133 PC/MG, residente e domiciliado na Praça do Rosário, Prédio 150, Apt. nº 301, CEP. 38.960.000, Centro, Pratinha-MG, doravante denominado (a) **CONTRATANTE** e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Insc. Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (qualificação do representante), portador do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, resolvem firmar o presente Contrato para fornecimento de serviços elétricos, conforme previsto no objeto abaixo, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026 na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026, sob a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital e seus respectivos anexos, cada qual naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETOS ELÉTRICO DE AUMENTO DE CARGA TRIFÁSICA OU BIFÁSICA DE ACORDO COM DISPONIBILIDADE DA REDE ELETRICIDADE LOCAL, ATRAVÉS EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM CADASTRADA JUNTO A CEMIG, PARA ANÁLISE DE AUMENTO DE CARGA PARA ATENDIMENTO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS**

1.2 – Os produto objeto deste contrato, serão executados em obediência ao Edital e seus anexos (DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026) que passam a fazer parte integrante deste contrato, como se nele transcritos estivessem.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

2.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura vigorando por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, ou seja, até \_\_\_\_\_, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO:**

3.1 – O contrato poderá ser prorrogado, nos termos do Art. 113, da Lei 14.133/21, se isto interessar as partes.

**4 - CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E PAGAMENTO:**

4 - Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

4.1.1 - A CONTRATADA obterá pagamentos somente referentes aos materiais efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.



4.1.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, mediante a apresentação de Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e a relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.1.4 - Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

4.1.5 - A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

4.2 - A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

I - Irregularidade ou caso que os serviços esteja (m) fora dos padrões determinados.

II - atraso na realização ou substituição do(s) mesmo(s);

II - obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;

III - débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 14.133/2021;

IV - não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

4.3 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues.

4.4 - Inclui-se no preço ajustado no contrato todas as despesas verificadas para a confecção dos serviços, além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, acidentes do trabalho, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste contrato.

4.5 - A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº da Dispensa Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras de materiais, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5.1 - As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo Contratante.

4.6 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

5.1. – Poderá ocorrer o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, fortuito, ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que invalidem a execução deste instrumento na forma pactuada, devendo ser respeitado, a repartição objetiva de risco prevista neste instrumento, nos termos do Art. 124, alínea “d” da Lei 14.133/21.

## **06. CLÁUSULA SEXTA - DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

6.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.





6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. A fiscalização do recebimento dos serviços prestados ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

6.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.5. O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações do(s) serviço(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

6.6. As Secretarias requisitantes serão competentes para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através do fiscal designado abaixo:

6.7 - As decisões, comunicações, ordens ou solicitações deverão se revestir, obrigatoriamente, da forma escrita e obedecer às normas emanadas pelo CONTRATANTE.

6.8 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado a Sr. Ueliton José da Silva para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens. E como gestor do contrato a Sra. Tânia Angélica Borges Martins, Thalita Mikaella Rosa Borges e Geraldo César Barcelos Junior

### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:**

7.1 – Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos provisoriamente pelo servidor responsável pela fiscalização contratual, mediante verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta apresentada e demais documentos que integram o processo administrativo.

7.2 – O recebimento provisório ocorrerá após a entrega dos projetos, documentos técnicos, relatórios, ARTs e demais serviços solicitados pela Administração Municipal.

7.3 – Constatadas irregularidades, inconsistências técnicas ou desconformidades na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional ao Município.

7.4 – O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, validação técnica dos serviços executados e aprovação final dos projetos e documentos apresentados, inclusive junto à concessionária de energia elétrica CEMIG Distribuição S.A., quando aplicável.

7.5 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica e profissional da contratada pelos serviços executados, especialmente quanto à qualidade, segurança, conformidade técnica e observância das normas da ABNT, CREA/MG e concessionária de energia elétrica.

7.6 – A Administração Municipal poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou exigências previstas no Termo de Referência e contrato administrativo.



7.7 – Os serviços somente serão considerados efetivamente recebidos após emissão de manifestação formal do fiscal do contrato, atestando a regular execução das atividades e a conformidade técnica dos serviços prestados.

### **8 - CLÁUSULA OITAVA – VINCULAÇÃO:**

8.1 - Para todos os efeitos legais, faz parte integrante do presente contrato, o Edital de DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0112026 e a proposta da CONTRATADA, Termo de Referência e ETP.

### **9 - CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **9.1 – DA CONTRATADA**

9.1.1 – Executar os serviços contratados em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta apresentada e normas técnicas aplicáveis.

9.1.2 – Disponibilizar profissional legalmente habilitado, com registro regular junto ao CREA/MG ou órgão competente, para responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

9.1.3 – Elaborar projetos elétricos, levantamentos técnicos, especificações e demais documentos necessários conforme normas da ABNT, exigências da CEMIG Distribuição S.A. e demais legislações aplicáveis.

9.1.4 – Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços executados.

9.1.5 – Protocolar, acompanhar e prestar suporte técnico nos processos administrativos junto à concessionária de energia elétrica, até sua aprovação final, quando solicitado pela Administração.

9.1.6 – Corrigir, sem ônus adicional ao Município, quaisquer falhas, inconsistências ou inadequações técnicas identificadas nos serviços executados.

9.1.7 – Cumprir os prazos estabelecidos para execução dos serviços e entrega dos documentos técnicos.

9.1.8 – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual.

9.1.9 – Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

9.1.10 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços.

9.1.11 – Disponibilizar suporte técnico e prestar esclarecimentos à Administração Municipal sempre que solicitado.

9.1.12 – Observar as normas de segurança do trabalho, legislação ambiental e demais normas regulamentadoras aplicáveis.

9.1.13 – Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução dos serviços contratados.

9.1.14 – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia autorização formal da Administração Municipal.

#### **9.2 – DA CONTRATANTE**

9.2.1 – Proporcionar à contratada todas as condições necessárias para execução dos serviços.

9.2.2 – Disponibilizar informações, documentos e acesso às unidades públicas necessários à realização dos levantamentos e elaboração dos projetos.

9.2.3 – Exercer acompanhamento e fiscalização da execução contratual, por meio de servidor formalmente designado.

9.2.4 – Efetuar o pagamento à contratada conforme condições estabelecidas no contrato e mediante comprovação da execução dos serviços.



- 9.2.5 – Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços.
- 9.2.6 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e obrigações contratuais.
- 9.2.7 – Emitir ordens de serviço e autorizações necessárias para execução das atividades contratadas.
- 9.2.8 – Aplicar as penalidades previstas contratualmente em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 10.1 – Executar os serviços contratados em estrita conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta apresentada, normas técnicas da ABNT, exigências da CEMIG Distribuição S.A. e demais legislações aplicáveis.
- 10.2 – Disponibilizar profissional legalmente habilitado, com registro regular junto ao CREA/MG ou órgão competente, responsável técnico pela execução dos serviços.
- 10.3 – Realizar levantamentos técnicos, elaboração de projetos elétricos, dimensionamento de cargas, especificação de materiais e demais atividades necessárias ao adequado atendimento das demandas da Administração Municipal.
- 10.4 – Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços executados.
- 10.5 – Protocolar e acompanhar os processos técnicos junto à concessionária de energia elétrica, quando solicitado pela Administração, até sua aprovação final.
- 10.6 – Corrigir, sem custos adicionais ao Município, quaisquer falhas, inconsistências, omissões ou inadequações verificadas nos serviços executados.
- 10.7 – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos serviços e entrega dos documentos técnicos.
- 10.8 – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual.
- 10.9 – Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 10.10 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços.
- 10.11 – Disponibilizar suporte técnico e prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela Administração Municipal.
- 10.12 – Observar e cumprir as normas de segurança do trabalho, medicina ocupacional, legislação ambiental e demais normas regulamentadoras aplicáveis.
- 10.13 – Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução contratual.
- 10.14 – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia autorização formal da Administração Municipal.
- 10.15 – Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos projetos, documentos e serviços apresentados, garantindo sua conformidade com as normas técnicas e exigências da concessionária de energia elétrica.
- 10.16 – Manter sigilo sobre informações, documentos e dados a que tiver acesso em razão da execução contratual, quando aplicável.
- 10.17 – Atender prontamente às determinações da fiscalização contratual e fornecer todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução dos serviços.



### 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO:

11.1 - A CONTRATADA não poderá subcontratar o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA.

### 12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 - As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado está previsto na Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e indicada no processo pela área competente da CONTRATANTE.

Origem do Recurso	Recurso Próprio / Dotação
Departamento de Educação	<b>261-02.40.12.122.0006.2.0028.3.3.90.39</b> Manutenção Departamento Educação. Fonte: 0500.000.0000. <b>1261-02.40.12.361.0020.2.0180.33.90.39</b> Manutenção Construção Prédios do Ensino Fundamental. Fonte: 0500.000.000.
Departamento Saúde	<b>1262-02.46.10.301.0035.2.0114.33.90.39</b> Manutenção e Conservação Uni. Saúde. Fonte: 0500.000.0000/0621.000.0000/0600.000.0000.
Departamento Agricultura Industria e Comercio	<b>1243-02.50.20.606.0047.2.0076.33.90.39</b> Manutenção Parque de Exposição. Fonte: 0500.000.0000.

### 13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- i) fraudar a licitação
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- k) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- l) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- m) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.4. A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5. As sanções retro mencionadas será calculada na forma do edital ou do contrato, ficando fixado o valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. A sanção prevista no item 12 deste edital será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas supra mencionadas nos incisos e seus subitens, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.8. A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



13.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. A comissão processante mencionada no item 23.10 será formada por 2 (dois) servidores estatutários, ou de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

13.12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.13. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.14. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- b) suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

13.15. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

13.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

13.17. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

13.18. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;





- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- f) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### 14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

14.1. O contrato poderá ser extinto de conformidade com o disposto nos artigos 137 á 139 da Lei 14.133/21.

14.2. Na ocorrência de extinção do contrato, por conveniência administrativa, a contratada será notificada.

14.3. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.4. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.5. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS:



15.1 - As infrações penais tipificadas na Lei nº 14.133/2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

### 16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS:

16.1 - Das decisões relativas à rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste instrumento cabem os recursos constantes do 137 á 139 da Lei 14.133/21, sendo processados de acordo com as disposições dos parágrafos do mesmo artigo.

### 17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

17.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Ibiá/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente decorrentes do presente contrato.

### 18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CASOS OMISSOS:

18.1. Os casos omissos decorrentes da aplicação do Decreto Municipal 1.769 de 17 de julho de 2024, serão dirimidos pela Procuradoria Geral do Município e ou pela Controladoria e Auditoria Geral do Município, que poderão expedir instruções normativas, orientações e disponibilizar informações adicionais.

### 19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO:

19.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição para a eficácia dos instrumentos contratuais, devendo ser observados os prazos previstos no art. 94 da lei Federal nº 14.133/2021.

19.2 - E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Pratinha/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Wellington José Carneiro  
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA  
Representante Legal  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_